



## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria de Reformas Econômicas  
Subsecretaria de Acompanhamento Econômico e Regulação  
Coordenação-Geral de Saúde e Comunicações

**Voto:** 48/2025/CGSCOM/MF

Processo SEI nº: 25351.821846/2024-11

### I. RELATÓRIO

- 1) O presente voto refere-se a Processo Administrativo instaurado pela Secretaria-Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), com o objetivo de apurar a oferta, pela empresa CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 40.274.237/0001-85, dos medicamentos KETAMIN (princípio ativo CLORIDRATO DE DEXTROCETAMINA, na apresentação 50 MG/ML SOL INJ CX 50 FA VD AMB X 10 ML (REST HOSP)); DROPERDAL (princípio ativo DROPERIDOL, na apresentação 2,5 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 50 AMP VD AMB X 1 ML) e XYLESTESIN ISOBÁRICO (princípio ativo CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA, na apresentação 20 MG/ML SOL INJ CX 40 EST PLAS X 1 AMP VD TRANS X 5 ML (EMB HOSP)); por valores superiores aos respectivos Preços Fábrica (PF), à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte – SES/RN, conforme ata do Pregão Eletrônico nº 60/2022, realizado em 05/09/2022.
- 2) Em investigação preliminar, a Secretaria-Executiva da CMED (SCMED) exarou a Nota Técnica nº 826/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 3226004), que apontou a oferta dos medicamentos supracitados, com valores superiores ao permitido, perfazendo o total a maior de R\$ 1.632.597,18 (um milhão, seiscentos e trinta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e dezoito centavos).
- 3) A empresa foi informada da abertura do processo por meio da Notificação nº 1.481/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 3226049), para apresentar sua defesa (SEI 3290958), na qual alegou, em síntese, que:
  - a. "Quando se analisa tal procedimento sob a ótica do Sistema de Registro de Preços (art. 15, Lei nº 8.666/93, regulado pelo Decreto nº 7.892/13), a ausência de 4 oferta se torna ainda mais relevante, considerando a compreensão doutrinária e jurisprudencial de que a Ata de Registro de Preços não se trata de um Contrato Administrativo, mas tão somente de um registro de preços, um pré compromisso de fornecimento dos produtos pelo valor estabelecido no certame.";
  - b. "(...) o tão só lançamento de uma proposta preliminar de preços no sistema de compras da Administração, ainda que sucedido por lances durante a fase de disputa, caso não adjudicados os produtos, tampouco firmada a pertinente Ata de Registro de Preços, NÃO PODE SER considerado uma "oferta" para efeito de aplicação das duras penalidades da Resolução nº 02/2018 da CMED.";
  - c. "a proposta apenas vincula a licitante a partir da adjudicação e consequente assinatura da Ata de Registro de Preços oriunda do certame – momento em que não mais poderá desistir dos preços praticados, sob pena de se sujeitar às penas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02.";
  - d. "a infração a que se refere o art. 5º, II, "a", da Resolução CMED nº 02/2018 não se configura pela tão só apresentação de uma proposta preliminar no sistema de compras eletrônico em valor superior ao máximo, mas sim quando tal proposta, em última análise, acaba se tornando vitoriosa e vinculativa após a adjudicação e assinatura da Ata, transmutando-se de uma simples "proposta" em uma efetiva "oferta", enquadrando-se na conduta típica referida no dispositivo legal em análise.
  - e. requer o arquivamento do processo sem aplicar qualquer penalidade à peticionante.

- 4) Após defesa da empresa, a SCMED emitiu a Decisão nº 34, de 03 de fevereiro de 2025 (SEI 3392531), atestando a infração da empresa, por ofertar medicamentos por valores superiores ao PF, em descumprimento ao disposto pela Resolução CMED nº 02/2018, concluindo inicialmente pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R\$ 2.233.734,16 (dois milhões, duzentos e trinta e três mil, setecentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos).

CÁLCULO DE MULTA SOBRE OFERTA E/OU COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS POR PREÇO SUPERIOR AO PERMITIDO (PF/CAP LISTA CAP JUDICIAL ICMS)							
Empresa:	CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA			CNPJ	40.274.237/0001-85		
Processo Nº	25351.821846/2024-11			FAIXA DE FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO		FAIXA B	
FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO		R\$ 50.000.000,00		TOTAL DE MULTA A RECOLHER		R\$ 2.233.734,16	
Valor da UFIR de nov/2000 atualizado pelo IPCA-e até o trimestre (out-24 a dez-24)	4,495269907	Total Multa em UFIR		496.908	TOTAL MÁXIMO A RECOLHER		R\$ 2.233.734,16
PRODUTO	Apresentação	Data da INFRAÇÃO	Faturamento a maior À EPOCA DA INFRAÇÃO	Faturamento Corrigido pela Selic	% Multa	Concretização	Multa em R\$
KETAMIN	50 MG/ML SOL INJ CX 50 FA VD AMB X 10 ML (REST, HOSP.)	09/2022	R\$ 1.394.111,56	R\$1.782.650,45	7,0%	Oferta R\$ 1.907.435,98	1.907.435,98
DROPERDAL	2,5 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 50 AMP VD AMB X 1 ML	09/2022	R\$ 15.910,44	R\$20.344,68	7,0%	Oferta R\$ 21.768,81	21.768,81
XYLESTESIN ISOBÁRICO	20 MG/ML SOL INJ CX 40 EST PLAS X 1 AMP VD TRANS X 5 ML (EMB HOSP)	09/2022	R\$ 222.575,18	R\$284.606,88	7,0%	Oferta R\$ 304.529,36	304.529,36

- 5) Em adição, foram constatados os agravantes de reincidência, pela condenação da empresa no processo 25351.915561/2023-51 transitado em julgado perante a CMED; bem como de prática continuada, pela oferta de mais de um medicamento por valor acima do permitido no supracitado pregão eletrônico, previstos respectivamente nas alíneas "a" e "b", inciso II do art. 13 da Resolução CMED nº 2/2018.
- 6) Por sua vez, não foram verificados quaisquer atenuantes no caso em tela.
- 7) Destarte, a presença de duas circunstâncias agravantes e nenhuma atenuante ensejou a cominação da multa pelo dobro de seu valor inicial, de modo que a sanção pecuniária final restou em R\$ 4.467.468,30 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta centavos).
- 8) Após subsequente notificação, a empresa interpôs recurso administrativo (SEI 3471888), no qual, essencialmente, além de reiterar os argumentos aventados em sede de defesa, alude aos Acórdãos nº 3.016/2012, 2.150/2015 e 2.901/2016 do Tribunal de Contas da União – TCU, segundo os quais supostamente a utilização da tabela CMED como única referência para a fixação de preços em compras públicas poderia resultar em distorções, bem como pleiteia a descon sideração da agravante de prática continuada, pelos fatos ainda estarem em apuração, ou seja, sem trânsito em julgado, e aplicação da atenuante de caráter isolado, além da apreciação de Balanço Patrimonial – BP e Demonstrativo de Resultado de Exercício – DRE relativos ao ano de 2023 para justificar o enquadramento da recorrente como empresa de pequeno, ao invés de grande, porte.
- 9) Por meio do Despacho nº 1.053/2025/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (fl. 252), a SCMED recebeu o recurso por entender presentes os requisitos de tempestividade, legitimidade, cabimento e interesse e, na sequência, sorteou o processo entre os membros do Comitê Técnico-Executivo (CTE) da CMED na 4ª Reunião Ordinária do CTE/CMED, realizada nos dias 24 e 25 de abril de 2025, cuja relatoria coube ao Ministério da Fazenda, conforme Despacho nº 1.137/2025/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA.

## II. ANÁLISE

### II.1 Admissibilidade do Recurso Administrativo

- 10) Tendo em vista que a empresa tomou ciência da Decisão nº 34/2025 da SCMED em 13 de fevereiro de 2025, conforme Despacho nº 1.053/2025/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 3546459), e protocolou o recurso em 05 de março de 2025, considera-se tempestiva a interposição do mesmo, nos termos do art. 29 da Resolução CMED nº 2/2018.

### II.2 Mérito

- 11) O presente Processo Administrativo abarca a inobservância das regras do mercado de medicamentos pela empresa CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, na oferta de medicamentos à Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte – SES/RN, por valores superiores aos respectivos PF.
- 12) Preliminarmente, cabe destacar que a oferta e venda de medicamentos deve atender à toda regulamentação legal e infralegal vigente sobre o tema. Neste ponto, consoante art. 2º c/c art. 8º da Lei nº 10.742/2003, o descumprimento, por "*empresas produtoras de medicamentos, farmácias e drogarias, representantes, distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico*", de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, bem como o descumprimento de norma prevista nesta Lei, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078/1990.
- 13) Nesse contexto, a Resolução CMED nº 2/2018 estabelece que:
- "Art. 5º As infrações à regulação do mercado de medicamentos serão classificadas, segundo sua natureza, em 2 (dois) grupos:
- (...)
- II - infrações classificadas como quantificáveis:
- a) ofertar medicamento por preço superior ao limite máximo aplicável ao caso;"
- 14) Destarte, resta inconteste que a regulamentação referente ao mercado de medicamentos aplica-se à toda a cadeia do setor, inclusive às empresas atacadistas ou distribuidoras, como é o caso da CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
- 15) No concernente à infração objeto do presente processo, o excerto da Resolução CMED nº 2/2018 reproduzido acima evidencia claramente que tanto a venda efetiva como a mera oferta de medicamentos por valor superior ao permitido constituem descumprimento à regulação vigente. Em suma, revela-se desnecessário que a oferta seja concretizada para que a prática da empresa seja considerada infração e, por conseguinte, seja cabível a aplicação de sanção, tanto que a Resolução CMED supracitada elenca formas de cálculo distintas para cada uma dessas infrações.
- 16) Nesse diapasão, cabe destacar que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região assim se manifestou sobre a punição aplicada à empresa que apresentou proposta de venda de medicamentos sem a devida observância dos preços permitidos pela CMED:
- "assim, diante da sabida natureza administrativa das tratativas contratuais em questão, o fato de a autora ter apresentado proposta com preços superiores aos permitidos, situação que a vincula definitivamente aos valores ofertados, consuma a sua intenção de vender os produtos em questão em desconformidade com a Resolução CMED nº 04/2006. Portanto, ainda que não tenha havido a venda dos produtos, houve o oferecimento de proposta formal vinculante que desrespeitava norma geral a que a autora estava submetida, motivo pelo qual não verifiquei qualquer ilegalidade, atipicidade ou desproporcionalidade na atuação realizada pela Administração".<sup>[1]</sup>
- 17) Efetivamente, a própria Orientação Interpretativa CMED nº 2/2006 explicita, em seu primeiro parágrafo, que "o Distribuidor é obrigado a vender os produtos, tendo como **referencial** máximo o preço fabricante" (grifo do autor), ou seja, a cotação ou preço de referência (oferta), pelo qual posteriormente efetivar-se-á a venda, não poderá ser superior ao Preço Fabricante ou Preço Fábrica – PF.
- 18) Para além disso, a própria sistemática de cálculo de multas por inobservância aos limites estabelecidos pela CMED foi somente replicada pela Resolução nº 2/2018, uma vez que a metodologia foi desenvolvida originalmente ainda em 2013, no voto-vista nº 1/2013 CMED/SCTIE/MS<sup>[2]</sup>, de cuja conclusão tem-se o excerto "para que apure o valor da multa a ser aplicada a referida empresa com base na metodologia ora explanada, **a qual deve ser aplicada para calcular as multas subsequentes a serem impostas pela CMED**". (grifo do autor).
- 19) Nesse âmbito, o excerto citado no recurso do Acórdão TCU nº 3.016/2012<sup>[3]</sup>, está descontextualizado, uma vez que falta o trecho inicial do parágrafo 199, constante à página 35 do Relatório de Auditoria Operacional da CMED realizado pela egrégia Corte de Contas, *in verbis*: "Portanto, observa-se que em diversos casos os **preços praticados**, seja nas compras públicas,

seja nas vendas para a rede privada, está significativamente **inferior** ao preço registrado na Tabela CMED. Tal fato se deve às distorções já apontadas no preço-fábrica.” (grifo nosso).

- 20) Destarte, o citado Acórdão faz objeções pontuais à tabela CMED no sentido de que os preços fábrica poderiam estar **sobredimensionados**.
- 21) Similarmente, no âmbito do Acórdão TCU nº 2.150/2015<sup>[4]</sup>, o qual versa sobre auditoria no Hospital Universitário de Santa Maria – HUSM, o trecho utilizado pela defesa da empresa está fora de contexto. O TCU novamente pondera no sentido de que os preços fábrica podem estar demasiadamente elevados.
- 22) De fato, na seção 3.1.8.2, à página 7 do citado Acórdão, lê-se: “Lembrou, no entanto, que fiscalizações efetuadas pelo Tribunal acusaram “distorções em preços fixados pela Cmed”, os quais se situavam “em patamares bastante **superiores** aos praticados nas compras públicas” (grifo nosso). Igualmente, o voto do ministro relator, à página 20, parágrafo 12, reitera essa perspectiva ao salientar que: “Por fim, a terceira falha se revela na adoção da tabela da CMED como um dos principais parâmetros de preços. No âmbito do Levantamento TC 009.625/2011-9, realizado pela Secex-4, atual SecexSaúde, apreciado pelo Tribunal por intermédio do Acórdão 140/2012 - Plenário, observaram-se falhas na atuação da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), principalmente relacionadas à regulação de preços de medicamentos (como, por exemplo, significativo **sobrepreço** do referencial CMED em relação aos preços praticados na Administração Pública e alta variação de preços de medicamentos para um mesmo princípio ativo). Ou seja, os preços CMED estariam significativamente **superiores** aos verificados na prática.
- 23) Por sua vez, a alusão ao Acórdão TCU nº 2901/2016<sup>[5]</sup> não contribui para a defesa da recorrente. Efetivamente, cabe reproduzir abaixo alguns trechos para melhor caracterização do argumento do ministro relator:
- “68. A Lei 10.742/2003 criou uma série de regras a serem observadas pelas empresas produtoras de medicamentos para o ajuste e determinação de seus preços, ficando vedado qualquer ajuste em desacordo com a referida Lei. Assim, o ajuste de preços de medicamentos é baseado em modelo de teto de preços calculado com base na variação do IPCA e em fatores de produtividade e de ajuste de preços relativos ao intra setor e entre setores.(...)”
70. O problema é que tal modelagem de reajuste não capta devidamente as reduções nos preços de medicamentos oriundas de compras de grandes quantidades de medicamentos, típicas de aquisições governamentais, nem a influência do fim de período de monopólio da fabricação do princípio ativo, com a entrada de concorrentes no mercado de genéricos.(...)”
72. Os novos medicamentos embutem em seus preços os elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento realizados pela indústria farmacêutica. Com o transcurso do tempo e a consequente amortização de tais gastos, bem como o fim do período de monopólio, o preço dos fármacos segue uma natural tendência declinante, também não captada pela metodologia de reajustes implementada pela Cmed.(...)”
74. No voto condutor do Acórdão 693/2014-TCU-Plenário, ponderei que, **embora a Tabela Cmed não constitua o parâmetro mais adequado para o referenciamento de preços em aquisições públicas, ela ainda seria um referencial válido para o cálculo de eventuais sobrepreços em compras governamentais**, sobretudo no caso dos medicamentos sujeitos a monopólio. Nesse caso, as deficiências metodológicas dos preços-fábrica, na prática, acarretam a utilização de critérios **conservadores** para o cálculo de débitos.” (grifos nossos)
- 24) Em outras palavras, o referido Acórdão pondera que, eventualmente, a não incorporação de aspectos técnicos, tais como ganhos de escala e amortização de gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D), na produção de novos fármacos poderia resultar na estipulação de tetos de preço sobredimensionados, ou seja, de limites de preços mais altos do que aqueles que seriam encontrados com o cômputo desses fatores, o que resultaria em critérios mais conservadores para o cálculo de débitos, isto é, que resultariam em valores menores de multas.
- 25) Por conseguinte, a crítica constante do Acórdão TCU nº 2901/2016 refere-se à metodologia adotada pela CMED para cálculo de multas, que pode resultar em sanções pecuniárias aquém do real ou recomendável, e eventuais modificações nesse sentido somente poderiam prejudicar, ainda mais, as alegações da recorrente.



26) Partindo para a análise do caso concreto, verifica-se a autoria da CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA na infração descrita à Nota Técnica nº 826/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 3226004), consubstanciada na oferta, em setembro de 2022, conforme ata do Pregão Eletrônico nº 60/2022 (SEI 3225442), de:

- a. 1.228 unidades<sup>[6]</sup> do medicamento KETAMIN (princípio ativo CLORIDRATO DE DEXTROCETAMINA, na apresentação 50 MG/ML SOL INJ CX 50 FA VD AMB X 10 ML (REST, HOSP,)), pelo valor unitário de R\$ 5.609,50, superior em R\$ 1.135,27 ao PF de R\$ 4.474,23;
- b. 84 unidades<sup>[7]</sup> do medicamento DROPERDAL (princípio ativo DROPERIDOL, na apresentação 2,5 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 50 AMP VD AMB X 1 ML), pelo valor unitário de R\$ 705,00, superior em R\$ 189,41 ao PF de R\$ 515,59;
- c. 4.927,5 unidades<sup>[8]</sup> do medicamento XYLESTESIN ISOBÁRICO (princípio ativo CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA, na apresentação 20 MG/ML SOL INJ CX 40 EST PLAS X 1 AMP VD TRANS X 5 ML , pelo valor unitário de R\$ 194,40, superior em R\$ 45,17 ao PF de R\$ 149,23.

27) Conforme estabelecido pelo art. 9, inciso IV, alínea "a", da Resolução CMED nº 2/2018, a metodologia para cálculo da multa em caso de **oferta** de medicamento por valor superior ao permitido é a reproduzida abaixo:

$$Mo = a*(1 + i)$$

Onde:

Mo = multa apurada no processo administrativo para cada oferta;

a = diferença entre o valor ofertado e o preço CMED, por apresentação, multiplicada pela quantidade ofertada, nos casos em que tal demanda seja quantificável;

i = índice de ajuste face à condição econômica do agente.

28) A sistemática de cálculo supracitada permite evidenciar à recorrente que a **boa-fé objetiva é reconhecida e incorporada** à própria metodologia, uma vez que, quanto **menor a diferença entre o preço ofertado e o limite superior** estabelecido pela CMED, tanto **menor será o valor da multa resultante**.

29) Por sua vez, o índice de ajuste face à condição econômica do agente é obtido a partir do enquadramento do faturamento anual da empresa na tabela abaixo:

Faixas	Faturamento médio no Brasil no ano do ilícito	Índice de ajuste
A	$x \geq 100.000.000,00$	10%
B	$50.000.000,00 \leq x < 100.000.000,00$	7%
C	$25.000.000,00 \leq x < 50.000.000,00$	5%
D	$10.000.000,00 \leq x < 25.000.000,00$	4%
E	$x < 10.000.000,00$	2%

30) Em seu recurso, a empresa encaminhou Demonstrativo de Resultado de Exercício – DRE relativo ao ano de 2023 informando receita anual próxima a R\$ 3 milhões no biênio 2022/2023, o que permitiria o enquadramento da recorrente na faixa E supramencionada, cujo índice de ajuste face à condição econômica é de 2%, ao invés da faixa B originariamente classificada.

31) Por sua vez, a CMED, com base na deliberação do CTE de 29 de junho de 2016 e na metodologia utilizada pela Gerência de Gestão da Arrecadação (GEGAR) da Anvisa, e seguindo recomendação da Controladoria Geral da União (CGU) emanada no Relatório CGU nº 201315441, passou a adotar a Taxa Selic como forma de atualização do faturamento auferido a maior à época da infração.

32) Destarte, aplicando-se a multa conforme porte econômico da empresa, no caso, de 2% correspondente a empresa de pequeno porte, de acordo com a metodologia supracitada, ter-se-ia os valores preliminares de R\$ 1.818.303,46 (hum milhão, oitocentos e dezoito mil e trezentos e três reais e quarenta e seis centavos), R\$ 20.751,57 (vinte mil, setecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e sete centavos) e R\$ 290.299,02 (duzentos e noventa mil, duzentos e noventa e nove reais e dois centavos); para as multas referentes aos medicamentos CLORIDRATO DE DEXTROCETAMINA, DROPERIDOL e CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA, respectivamente.

- 33) No tocante à dosimetria da sanção, afigura-se caracterizadas as agravantes de reincidência e prática continuada, previstas nas alíneas "a" e "b", inciso II do art. 13 da Resolução CMED nº 2/2018, pela condenação da empresa no processo 25351.915561/2023-51 transitado em julgado perante a CMED e pela infração ter abarcado múltiplos itens ofertados por valor acima do limite legal, respectivamente.
- 34) Em resposta ao pleito específico sobre a dosimetria da recorrente, cumpre destacar que somente a agravante de reincidência já ensejaria a duplicação do valor original da multa, conforme disposto no art. 14 da supracitada Resolução, independentemente da caracterização de prática continuada. Por sua vez, o pleito de caso isolado resta prejudicado uma vez que foram ofertados múltiplos itens acima do limite legal no Pregão Eletrônico nº 60/2022 da SES/RN, bem como não foram observados quaisquer outros atenuantes.
- 35) Finalmente, a tabela abaixo resume os agravantes e atenuantes aplicados ao caso e respectivo cálculo final:

Infração	Multa Base	Agravantes	Atenuantes	Multa Final
Oferta de 1.228 unidades de CLORIDRATO DE DEXTROCETAMINA	R\$ 1.818.303,46	Reincidência e prática continuada $R\$ 1.818.303,46 * 2 = R\$ 3.636.606,92$	Não há.	R\$ 3.636.606,92
Oferta de 84 unidades de DROPERIDOL	R\$ 20.751,57	Reincidência e prática continuada $R\$ 20.751,57 * 2 = R\$ 41.503,14$	Não há.	R\$ 41.503,14
Oferta de 4.927,5 unidades de CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA	R\$ 290.299,02	Reincidência e prática continuada $R\$ 290.299,02 * 2 = R\$ 580.598,04$	Não há.	R\$ 580.598,04
Total	R\$ 2.129.354,05			R\$ 4.258.708,1

### III. CONCLUSÃO

- 36) Ante todo o exposto, vota-se pelo conhecimento do recurso e deferimento parcial no mérito, retificando-se a multa cominada no valor de R\$ 4.258.708,10 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e setecentos e oito reais e dez centavos).

RAFAEL SIQUEIRA BARRETO

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

PRISCILA GEBRIM LOULY

Coordenadora-Geral de Saúde e Comunicações

---

[1] Processo nº 22104-20.2011.4.01.3400. Seção Judiciária do Distrito Federal. Ação da 8ª Vara Federal. Decisão de 07/06/2011.

[2] Vide Processo n.º 25351.054923/2010-62.

[3] Disponível em [Pesquisa textual | Tribunal de Contas da União](#)

[4] Vide [Pesquisa textual | Tribunal de Contas da União](#)

[5] Disponível em [Pesquisa textual | Tribunal de Contas da União \(tcu.gov.br\)](#)

[6] O item 4 do edital referente ao Pregão Eletrônico nº 60/2022 da SES/RN solicita propostas para a aquisição de 61.400 comprimidos de Cloridrato de Dextroacetamina, ou o equivalente a 1.228 embalagens com 50 unidades cada:  $1.228 * 50 = 61.400$

[7] O item 7 do edital referente ao Pregão Eletrônico nº 60/2022 da SES/RN solicita propostas para a aquisição de 4.200 ampolas de Droperidol, ou o equivalente a 84 embalagens com 50 unidades cada.

[8] O item 11 do edital referente ao Pregão Eletrônico nº 60/2022 da SES/RN solicita propostas para a aquisição de 197.100 ampolas de Cloridrato de Lidocaína, ou o equivalente a 4.927,5 embalagens com 40 unidades cada:  $4.927,5 * 40 = 197.100$



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Gebrim Louly, Coordenador(a)-Geral**, em 05/11/2025, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Siqueira Barreto, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental**, em 06/11/2025, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **55034212** e o código CRC **FC3E0D32**.